

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/1499	1961/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 24778/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/1139 de 14 de Janeiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 13/01/2026,
Técnica: "Subscrevo"

na qualidade de Chefe Divisão de Apreciação

- **Decisão** - A 13/01/2026,
Municipal: "Concordo"

na qualidade de Diretor

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DMGT / DU / DAT [DIVISÃO DE APRECIACÃO TÉCNICA]

PROCESSO: 24778/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RC-15706 / 11/06/2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua da Escola Pedralva 4715-583 Pedralva

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura

Nuno Portela, Arqt.º

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RC-30906 de 04/11/2025, apresenta documentação, que visa dar resposta ao despacho 2025-10153 de 01/10/2025, relacionado com o pedido de licenciamento de obras de edificação com vista à construção de habitação, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua da Escola 4715-583, freguesia de Pedralva, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 2287/20250108, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 920.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:
- 2.2. Processo nº 6/2024/3293/0

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. Analisados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de licenciamento de obras de edificação se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 15, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria 113/2015, de 22 de abril e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, como verifica a informação técnica da DPU.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. A proposta tem parecer externo favorável da Agência Portuguesa do Ambiente – APA através da informação nº. SOOO401-202601-ARHN.DRHI DE 06/01/2026. Deverá ser dado conhecimento ao requerente da referida informação.
- 4.2. A proposta tem parecer externo favorável da E-Redes através da informação nº. Carta/111170/2025/E-REDES de 08/07/2025. Deverá ser dado conhecimento ao requerente da referida informação.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:



- 5.1. Enquadramento:
- 5.2. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM), como “Espaço Urbano de Baixa Densidade – BD1”, segundo o PDM em vigor.
- 5.3. Análise Urbanística:
- 5.4. O projeto apresentado enquadra-se nas disposições legais e regulamentares em vigor e descrevem-se do modo seguinte:
- 5.5. Trata-se da reconstrução de um edifício composto r/c, andar e logradouro, para a realização de uma moradia unifamiliar isolada.
- 5.6. Cumpre o índice de impermeabilização máximo, conforme prevê a subalínea iii), da alínea c), do nº. 1, do artigo 78º do Regulamento do PDM em vigor.
- 5.7. Cumpre a área máxima de construção, conforme prevê as subalíneas iv), da alínea c), do nº.1, do artigo 78º do Regulamento do PDM em vigor.
- 5.8. Cumpre o previsto para o estacionamento público e privado com dois lugares cobertos, conforme prevê a alínea b) do artigo 106º do Regulamento do PDM em vigor.
- 5.9. O requerente propõe ceder uma área de cerca de 65.00 m2 para ao domínio público.

6. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM SUJEITO A DISCUSSÃO PÚBLICA:

- 6.1. Enquadramento:
- 6.2. A operação urbanística propõe uma obra de edificação em área classificada, na Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal em discussão pública como Espaço Baixa Densidade.
- 6.3. Análise Urbanística:
- 6.4. O projeto apresentado enquadra-se nas disposições legais e regulamentares em vigor e descrevem-se do modo seguinte:
- 6.5. Trata-se da construção de um edifício de rés-do-chão, para a realização de uma moradia unifamiliar isolada.
- 6.6. Cumpre o Regime de Edificabilidade, conforme prevê o artigo 66º. do Regulamento do PDM em discussão pública
- 6.7. Cumpre o estacionamento público e privado, conforme prevê o artigo 78.º do regulamento do PDM sujeito a discussão pública.
- 6.8. O requerente propõe ceder uma área de cerca de 65.00 m2 para ao domínio público.

7. ANÁLISE REGULAMENTAR:

- 7.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 7.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei nº.163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, nº. 2, da redação em vigor do referido diploma



- 7.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 7.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 7.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.
- 8. PROPOSTA DE DECISÃO:**
- 8.1. O projeto de arquitetura apresentado cumpre, na generalidade, as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.
- 8.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.
- 8.3. Nos termos dos Artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, se comunique o teor da presente informação técnica ao requerente.

CONDICIONAMENTOS DAS OBRAS

AS INTERVENÇÕES NO DOMÍNIO PÚBLICO DEVERÃO OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

- a) Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes;
- b) Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do titular do alvará a repavimentação arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura;
- c) Os trabalhos referidos anteriormente devem encontrar-se concluídos antes do pedido de emissão de autorização de utilização para a construção;
- d) Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei 220/08, de 12 de novembro, relativamente à Segurança Contra o Risco de Incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção;
- e) Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Decreto-Lei 46/2008 de 12 de março para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos RCD, conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo constante o anexo II do referido diploma.



- f) Pese embora se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 23709/2025/2, de 25 de setembro, em conformidade com o Artigo 145.º do RJIGT e Artigo 12.ºA do RJUE, considera-se que poderá ser levantada a suspensão do presente procedimento, Escolha um item., uma vez que a decisão à luz dos dois planos (em vigor e em discussão pública) favorável, conforme explanado no parecer jurídico emitido pela Prof.ª Doutora Fernanda Paula Oliveira, comunicado ao serviço pelo Sr. Diretor Municipal, Dr. Zamith Rosas em 06/01/2025.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704-514 - BRAGA

S/ referência	Data	N/ referência	Data
BRG2025/03209		S000401-202601- ARHN.DRHI ARHN.DRHI.00869.2025	06/01/2026

Assunto: Re: Sirjue BRG2025/03209 - APA
Construção de uma moradia unifamiliar.
Local da obra: Lugar de Regadas, Rua da Escola - Freguesia de Pedralva
- Concelho de Braga.

Em resposta ao pedido de parecer referido em assunto, e após a análise dos elementos que acompanham, APA emite **parecer favorável condicionado**, no âmbito dos recursos hídricos tendo em conta as seguintes considerações:

- Na sequência da resposta apresentada pelo requerente, foi realizada visita técnica local em 05/01/2026, tendo-se confirmado que o curso de água identificado na cartografia oficial se encontra atualmente entubado, desenvolvendo-se, neste troço, o arruamento existente, não se verificando a existência de leito ou margens a aberto no interior do lote objeto da pretensão.
- Verificou-se que o troço em causa se encontra significativamente artificializado, encontrando-se o escoamento assegurado por infraestrutura enterrada, sendo o arruamento existente suficiente para garantir, na prática, o exercício da servidão administrativa associada ao curso de água, prevista no artigo 21.º da Lei n.º 54/2005 de 15 de novembro.

Sem prejuízo do exposto, quaisquer arranjos exteriores, movimentações de terra, impermeabilizações ou outras intervenções que venham a ocorrer a menos de 10 metros do leito atual, correspondente ao traçado entubado do curso de água, encontram-se sujeitos à obtenção prévia de Título de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH), nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.



Condições a cumprir

1. Obtenção do Título de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH), antes do início da obras, para as intervenções a realizar em área afeta ao domínio hídrico (leito margem) e respeito pelas condições nele impostas.

Observações complementares

- O Título de Utilização dos Recursos Hídricos (TURH) deve ser obtido junto da AP, previamente ao início das obras. O pedido é feito através da plataforma SILIAM (<https://siliamb.apambiente.pt/>).
- Atendendo à divergência entre a cartografia constante dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis e a realidade física atualmente observada no terreno recomenda-se que a Câmara Municipal de Braga promova as diligências necessárias à correção e atualização dos referidos instrumentos, de modo a assegurar a sua conformidade com a situação existente.

Antecedentes

- Ofício n.º S053116-202509-ARHN.DRHI, de 18/09/2025.

Enquadramento legal

- Lei da água: Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua atual redação.
- Titularidade dos recursos hídricos (domínio público hídrico e servidões): Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação.
- Regime de utilização de recursos hídricos: Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, na sua atual redação.





Com os melhores cumprimentos.

Chefe da Divisão dos Recursos Hídricos
do Interior

(No uso da subdelegação de competências constar
Despacho n.º 6642/2025, publicado no D.R. n.
114/2025, Série II, de 16 de junho)





E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.

Rua Dom Luís I, 12
1249-008 Lisboa – Portugal

Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4700-435 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Carta/11170/2025/E-REDES	08-07-2025

Assunto: REQUERIMENTO SIRJUE: BRG2025/02995

Ex.mos. Senhores,

Na sequência do requerimento em assunto, informamos V. Ex^{as} que existe rede de Média Tensão na zona de implantação da edificação.

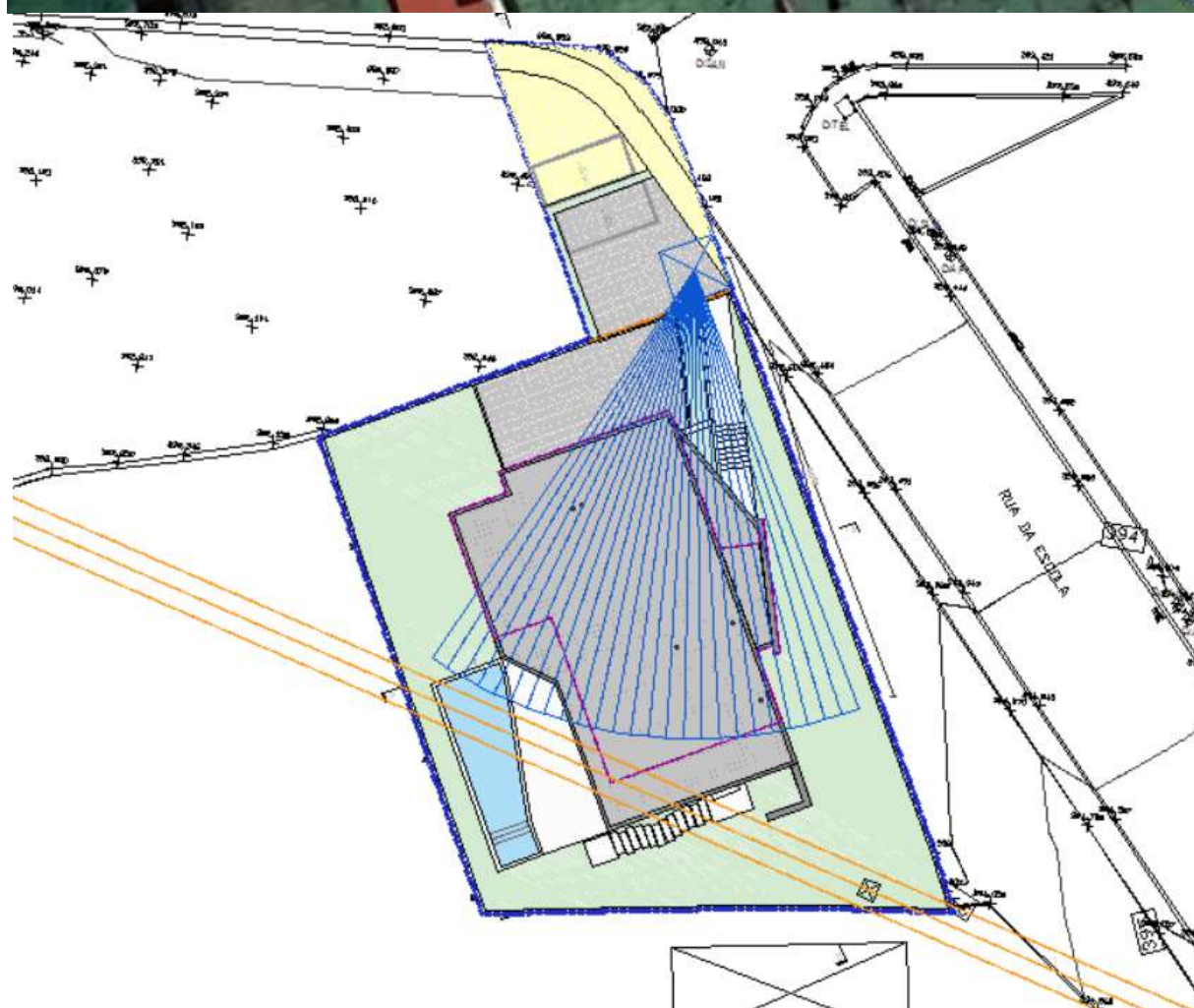
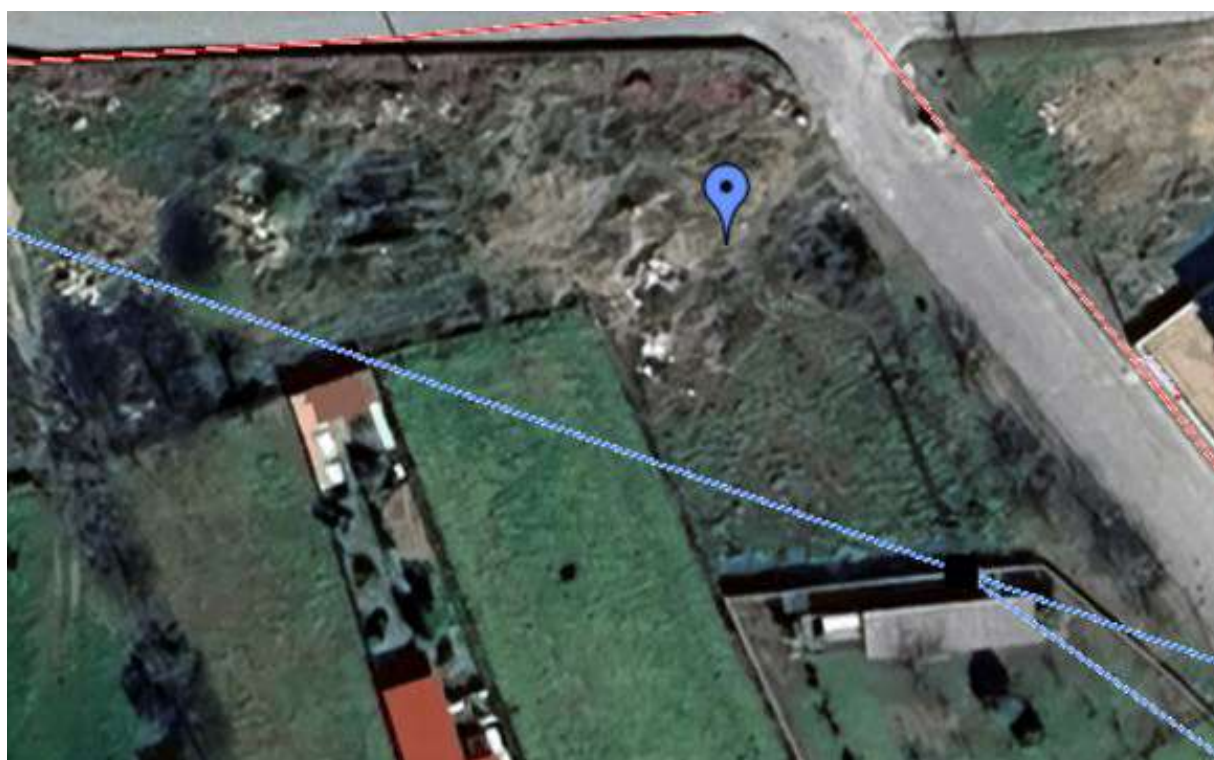
De acordo com a planta de localização e os elementos constantes do projeto, a referida linha não interfere com a construção, verificando-se que a construção respeita a distância regulamentar com as linhas acima referidas.

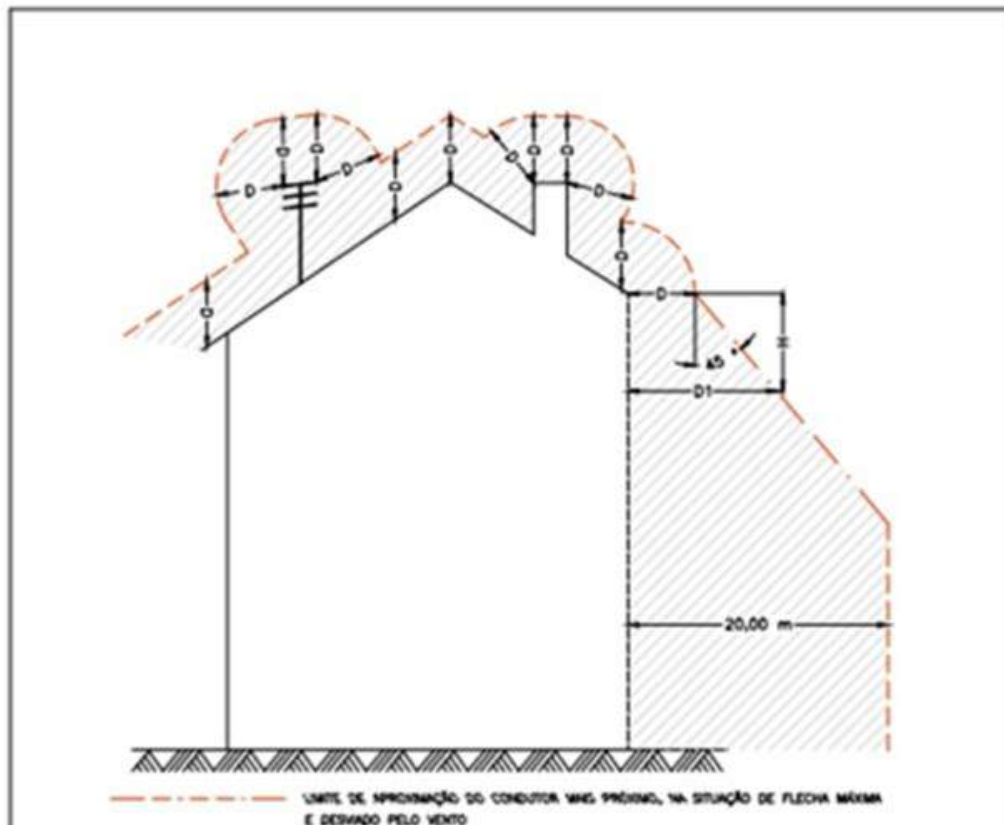
De qualquer modo, deverá ser instruído o requerente para que seja garantido em qualquer fase de realização das obras, o cumprimento estrito das distâncias mínimas de segurança à referida linha de acordo com o exposto nos planos de projeto em anexo, quer de pessoas, quer de equipamentos auxiliares, sob pena de lhe ser imputada a responsabilidade por qualquer acidente e/ou respetivos prejuízos que daí possam advir, que resultem do incumprimento de tais normas regulamentares de segurança.

Com os melhores cumprimentos,

Área Serviços aos Ativos
Estudos e Projeto MT - Análises e Pareceres
O Responsável







NÍVEL DE TENSÃO		DISTÂNCIA MÍNIMA DE SEGURANÇA (Metros)	
		D	D1
MT	6 kV	4,0	4,0+H
	10 kV		
	15 kV		
	30 kV		
AT	60 kV	4,0	4,0+H
	132 kV		

RECOMENDA-SE QUE A DISTÂNCIA DE SEGURANÇA, A RESPEITAR POR PARTES MÓVEIS DE GRUAS, SEJA A ACIMA INDICADA ACRESCIDA DE 1 METRO

PROJ.								
ELAB. TOP.								
DES.					15/2022	M. Couto		
VERIF.								
ÍNDICE	DESCRIÇÃO	DATA	ALTERADO	APROFUNDADO	DATA	RUBRICA		
AAP-ALR-UPR	FORMATO	DISTÂNCIA DE SEGURANÇA EM LINHAS MT/AT						
	OUTPUT 1 - 1	DISTÂNCIA MÍNIMA DE SEGURANÇA DOS CONDUTORES DE LINHAS DE MT E AT AOS EDIFÍCIOS (RSLEAT - Dec. Reg. N° 1 / 92 , de 18 de Fevereiro , Art°. 29)						
PLANTA(S)	ESCALA(S)	Frequência: _____ Condição: _____						
		SUBSTITUIÇÃO	CÓDIGO DE OBRA			Nº DESENHO	ÍNDICE	
						02-004-95		



